

À
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

A/C - PREGOEIRA: Sabrina de Abreu

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIOS PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA CASAN.

RECURSO ADMINISTRATIVO

ILUSTRÍSSIMA SRA. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

A DIGICRON ANALITICA LTDA, situada na cidade de São Paulo, na Rua Marianos, 227 - Campo Grande – Santo Amaro - SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob número 60.160.546/0001-31, por seu representante legal Francisco Fores Medina, portador do RG 6.966.665-SSP - SP e do CPF 670.018.748-68, vem tempestivamente, à presença de V. Exa., interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, conforme lhe faculta precisamente o artigo 109, inciso I, alínea "b" da Lei Federal n. 8666, de 21 de Junho de 1993, e posteriores alterações, contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão Especial de Licitação que julgou como habilitada no presente certame a empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda, conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso V. Exa. não se convença das razões abaixo formuladas e, "spont propria", não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela permanência da habilitação da empresa acima citada.

Tempestividade:

É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, uma vez que a intimação para a Decisão Administrativa ora atacada se deu aos 15 (Quinze) dias do mês de Junho de 2015. Sendo o prazo legal para a apresentação da presente medida recursal de 03 dias úteis, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em data de 18 de Junho do ano em curso, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Especial de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

O Motivo do Recurso:

O presente recurso é interposto em decorrência de haver essa Comissão Especial de Licitação, ao julgar habilitada a empresa Line Control no certame supra especificado, adotou como fundamento, o atendimento

total das especificações técnicas por ela apresentada para os Lotes 01, 02, 04 e 05.

I – DA SÍNTESE DOS FATOS:

A RECORRENTE, no dia 23 de Abril de 2015, participou do Pregão Eletrônico, acima referenciado, apresentando sua proposta dentro do prazo e atendendo a todas as especificações técnicas solicitadas no Edital.

II – DO DIREITO E DA PRESERVAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO:

A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN classificou a empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda, nos Lotes 01, 02, 04 e 05, Turbidímetro Microprocessado, Fluorímetro Microprocessado, Colorímetro - Cloro e Colorímetro - Cor, respectivamente.

Lembramos, Nobre Julgador, que a empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda considerada habilitada por essa respeitável Comissão Especial de Licitação, NÃO ATENDE na totalidade as especificações técnicas solicitadas no processo licitatório, conforme passaremos a expor:

01 - Turbidímetro Microprocessado.

No edital é solicitado: Faixas de leitura: possuir no mínimo três (03) faixas de leitura (0,00 a 9,99; 10,0 a 99,9 e de 100 a 1000 NTU)

Ofertado: Faixa - 0,00 a 9,99 - 0,00 a 99,9 - 0,00 a 1000 NTU

No edital é solicitado: Precisão Fotométrica: $\pm 2\%$ para leitura de 0 a 500 NTU e $\pm 3\%$ para leitura de 501 a 1000 NTU;

Ofertado: Precisão Fotométrica 2% + Luz Espúria

No edital é solicitado: Tempo de resposta: no máximo de 10 segundos para todas as faixas

Ofertado: Não menciona

No edital é solicitado: O equipamento deve armazenar no mínimo trezentos e sessenta (360) dados com a identificação do analista, da amostra, data e hora, em cada resultado.

Ofertado: Possui apenas Identificação de analista e amostra lida, não possuindo Data e Hora

02 - Fluorímetro de Microprocessado

No edital é solicitado: Precisão Fotométrica: $\pm 0,0015$ abs;

Ofertado: Precisão Fotométrica 2%

No edital é solicitado: Tempo de resposta: máximo de 10 segundos

Ofertado: Não menciona

No edital é solicitado: Indicação de pilha fraca no display

Ofertado: Não menciona

03 - Colorímetro - Cloro

No edital é solicitado: 0 A 2,5 / 0 A 5,0 / 0 A 11 mg/l

Ofertado: Faixa de Medição de 0,00 a 5,00 / 0,00 a 10,00 mg/L, não possui a faixa de 0 a 2,5 mg/l.

No edital é solicitado: Precisão Relativa 0,01% (fe)

Ofertado: Precisão Fotométrica 2%

No edital é solicitado:: Calibração Automática, Manual e Default

Ofertado: Calibração Automática com possibilidade de ajuste e inserção de curva com reagentes do usuário ou comercialmente disponíveis. Não possui Calibração Manual e Default.

No edital é solicitado:: Registro das Leituras Ate 99 Memorias

Ofertado: Não menciona

04- Colorímetro - Cor

No edital é solicitado:: Precisão $\pm 3\%$ + 1 Pt-Co

Ofertado: Precisão Fotométrica 2%

No edital é solicitado: Amostra mínima 10 mL

Ofertado: Amostra minima 20 mL

No edital é solicitado: Calibração Automática, Manual e Defoult

Ofertado: Não menciona, apenas possui calibração automática. Não possui calibração Manual e Default.

De tal sorte, fica evidenciado o equívoco contido na decisão proferida por essa respeitável Comissão Especial de Licitação, visto que a empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda, Não Atende todas as exigências técnicas solicitadas no Edital, devendo portanto ter sido INABILITADA do certame.

Além disso, ressaltamos, que no Edital pg. 03 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

ITEM - 4.4 - ESTARÃO IMPEDIDOS DE PARTICIPAR DE QUALQUER FASE DO PROCESSO OS INTERESSADOS QUE SE ENQUADREM EM UMA OU MAIS DAS SITUAÇÕES A SEGUIR:

4.4.2. informa claramente que, as empresas que *Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.

A empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda declarada habilitada para o certame encontra-se punida pelo SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL - SC. com *Suspensão Temporária* por 02 (dois anos) a contar de 30 de Agosto de 2014, conforme documentação anexa. Suspensão essa, prevista no inciso III do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

Ademais, vale salientar que está descrito no Edital que as empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo licitatório com a *Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta*.

CONFORME A LEI FEDERAL 8666/93

Artigo 03 – “A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Pode-se dizer que o Edital é a Lei de Licitação e do contrato, pois o que contiver nele deve ser rigorosamente cumprido, observando as normas gerais e seus princípios, sob pena de nulidade, trata-se de aplicação do princípio da vinculação do instrumento convocatório, previsto no Artigo 03 da Lei federal 8666/93.

No caso em tela, fica evidente que o produto ofertado NÃO ATENDE, na totalidade as especificações técnicas solicitadas pelo Edital o que traz desvantagens não só para a Administração Pública, como para a população que desfruta dos serviços prestados pela COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN.

Esgotamento da discricionariedade: vinculação ao instrumento convocatório

Impõe-se, assim, a objetivação da decisão e da escolha do administrador. Isso significa que a lei impõe que a seleção do contratante e a definição do próprio “contrato” sejam retiradas do plano das meras cogitações pessoais e particulares do agente administrativo que exercita a função de julgar as propostas. Para isso, submete a escolha do administrador a um “procedimento” – ou seja, uma série ordenada e conjugada de atos, cuja sucessão conduz a uma decisão final suscetível de controle quanto à racionalidade, adequação e conveniência. A licitação não é apenas uma sucessão formal e mecânica de atos. A sucessão de atos significa a dissociação temporal e lógica dos diversos componentes da decisão do administrador.

A exaustão da discricionariedade

Cada fase da licitação culmina com uma decisão. Mesmo nas fases ditas internas (tais como “definição do objeto a ser licitado” e “elaboração do edital”), são tomadas decisões fundamentais para definir a futura

contratação. Existe uma "especialização" em cada fase da licitação. Ou seja, em cada fase, a atenção se dirige a um certo aspecto do problema. Cuida-se de um ângulo específico da questão a ser decidida. De outro lado, cada decisão condiciona o seguimento do procedimento licitatório. Assim, quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital. O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas etc. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o exaurimento da competência discricionária. Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração exercita juízos de conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor.

No curso de uma licitação, é vedado alterar os critérios e as exigências fixadas no ato convocatório. Fácil perceber a importância dos princípios regedores do procedimento licitatório, principalmente quanto ao princípio da isonomia; da legalidade e da vinculação ao edital de licitação. Toda a doutrina ao interpretar as referidas normas se posiciona no sentido de afastar qualquer tratamento diferenciado a qualquer dos licitantes inscritos, devendo o julgamento do certame dar-se de maneira objetiva e adstrito às exigências formalmente reguladas e a todos impostas.

Requerimento:

Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão Especial de Licitação que se digne de rever e reformar a decisão exarada, mais precisamente que julgou como habilitada no presente certame a empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda, Não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne V. Exa. de fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, exige o Direito líquido e certo, público e subjetivo da RECORRENTE, pela estrita obediência à Lei federal 8666/93.

Que seja acolhido o referido recurso, que seja desclassificada a proposta da **empresa LineControl Comércio Importação e Exportação Ltda**, a fim de assegurar a melhor utilização do dinheiro público e a qualidade dos serviços prestados por este Órgão, além de cumprir com a Lei federal 8666/93. Assim agindo, por estar se fazendo atuar à sempre perene e imarcescível: JUSTIÇA.

Termos em que pede Deferimento.

São Paulo, 16 de Junho de 2015.

Atenciosamente,



FRANCISCO FERES MEDINA-REPRESENTANTE LEGAL
RG: 6.966.655 SSP/SP - CPF: 670.018.748/68

60.160.546/0001-31

DIGICROM ANALÍTICA LTDA.

Rua Marianos, 227

Campo Grande - CEP.: 04691-110

São Paulo - SP